

Congreso Iberoamericano de Educación

METAS 2021

Un congreso para que pensemos entre todos la educación que queremos
Buenos Aires, República Argentina. 13, 14 y 15 de septiembre de 2010

EVALUACIÓN DE LA EDUCACIÓN

As políticas de avaliação do rendimento escolar e as interfaces na esfera nacional e estadual: análise do SARESP como política de avaliação no estado de São Paulo, Brasil

Mariangela Camba; Luis Enrique Aguilar¹

¹ Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP - Programa de Pós-graduação em Educação/Doutorado – Brasil.maricamba@iron.com.br; luis.aguilar@merconet.com.br

Introdução

O presente trabalho refere-se à pesquisa em andamento cujo objetivo é analisar a trajetória da elaboração e implementação da política de avaliação no Brasil, um estudo sobre a política de avaliação do Rendimento Escolar e as suas interfaces na esfera nacional e estadual a partir da análise da política, o Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar - SARESP – no Estado de São Paulo, Brasil.

O itinerário desta investigação percorre o Processo da Política, contextualiza a temporalidade da “onda” das políticas de avaliação, localiza a introdução na Agenda dos governos nacional e Estadual descrevendo e analisando três gestões que, no período de 1995 a 2009, elaboraram e implementaram a política de avaliação, objeto desse estudo.

No mestrado a pesquisa realizada teve como objetivo documentar e compreender o conhecimento acumulado sobre as Políticas Públicas de Avaliação no Brasil, SAEB, ENEM, e ENC, por meio da produção acadêmica publicada em periódicos nacionais, uma pesquisa sob o formato de um Estado do Conhecimento², no período de 1995 a 2001, mais conhecido como estado da arte, tipo de estudo recente no Brasil.

Dessa forma, buscou-se efetuar um levantamento sobre o tema, iniciando-se o trabalho por meio da coleta e seleção dos textos publicados. A seleção dos artigos utilizou o Qualis/2001 em Educação, da Coordenação e Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior (CAPES) e as revistas especializadas na área da avaliação por sua relevância.

Vale destacar que, apesar da produção científica na área ser abundante à época da pesquisa, esta não havia conseguido viabilizar mudanças nas práticas escolares de avaliação. Mesmo em relação à avaliação de monitoramento, não vinham apresentando ainda evidências de impactos positivos no desempenho dos alunos. Poder-se-ia concluir, a partir dessas informações, que o ciclo da política em questão não havia se fechado e, portanto, não seria possível aferir com precisão os impactos da mesma.

² São “pesquisas de caráter bibliográfico, com o objetivo de inventariar e sistematizar a produção em determinada área do conhecimento (chamadas, usualmente, de pesquisas do “estado da arte”), são recentes, no Brasil, e são, sem dúvida, de grande importância, pois pesquisas desse tipo é que podem conduzir à plena compreensão do estado atingido pelo conhecimento a respeito de determinado tema – sua amplitude, tendências teóricas, vertentes metodológicas. Essa compreensão do estado do conhecimento sobre um tema, em determinado momento, é necessária no processo de evolução da ciência, a fim de que se ordene periodicamente o conjunto de informações e resultados já obtidos, ordenação que permita a indicação das possibilidades de integração de diferentes perspectivas, aparentemente autônomas, a identificação de duplicações ou contradições, e a determinação de lacunas ou vieses” (SOARES, 1989, p.3).

Cabe considerar ainda que, na produção examinada evidenciou-se um consenso em relação à importância das políticas públicas de avaliação, mas, no entanto, o que também se pode perceber é que, embora existissem análises críticas sobre elas, havia um silêncio quanto a avaliação dessas mesmas políticas, implementadas pelos governos nacionais e estaduais, hipótese nossa. “A compreensão para tal observação pode se dar em razão de não possuímos uma cultura no Brasil, de avaliação de políticas públicas de avaliação”.³

A área candente que é a avaliação educacional, especialmente a avaliação externa, no caso o SARESP, à época de sua formulação e implementação inquietou-me a ponto de nos anos de 1999 elaborarmos projeto de pesquisa para concorrer ao mestrado. Durante o processo inúmeras inquietações, inclusive a suspensão temporária do instrumento em 2001 por tempo indeterminado levaram-me a mudar meu interesse abandonando esses estudos. Passados alguns anos, volto a inquietar-me com o instrumento, avanço no doutorado, retomando os estudos anteriormente desenvolvidos.

Nesse sentido, a escolha por análise e não por avaliação tem como intencionalidade o fato de que a pesquisa mencionada deve abarcar o processo como um todo, investigando as causas e conseqüências do que ocorre a cada momento, pois na análise estão contidos todos os momentos pelo qual a política passa; o conjunto relativo ao ciclo da política, desde o processo de tomada de decisão, sua formulação; sua implementação inclusive sua avaliação, a verificação de seus resultados, que identificaremos como efeitos e/ou impactos.

Nas últimas décadas afloraram os estudos acerca das políticas públicas no Brasil e com elas a construção de uma agenda política e uma agenda de governo, tornando-se importante para a sua construção “a leitura do processo político no Brasil”, AGUILAR, 2008, e imprescindível conhecê-la em todos seus aspectos, não importando qual seja a política, a mesma, se desenvolve em etapas, e cada uma possui seus próprios atores, suas restrições, suas decisões, seus desenvolvimentos e seus próprios resultados e influenciará outras políticas podendo também ser afetada por elas, segundo, AGUILAR VILLANUEVA, 1996 in AGUILAR, 2008.

Quando a política é formulada e implementada por pesquisadores, experts, com larga experiência no assunto, preocupados em fornecer pistas e elementos que possam informar os responsáveis, para uma condução das mesmas que impliquem em uma tomada de decisão, com intervenções necessárias para a mudança, no momento adequado; nesse sentido só após a compreensão e apropriação do processo da política percebe-se a necessidade do por que avaliá-las ou analisá-las.

³ ALMEIDA, Mariangela Camba. As Políticas Públicas de Avaliação: Análise da Produção Científica em Periódicos Nacionais (1995-2001). (2003) ,p.76. Dissertação (Mestrado) – PUC, São Paulo.

Falando acerca de processo, vale mencionar o porquê do seu surgimento, criação, para nós elaboração, formulação, política essa resultado de uma necessidade social não atendida, decorrente de questões que não foram priorizadas e garantidas para a sociedade, a partir da “identificação de um problema público ou de vários problemas públicos”, ANDERSON, 1984, in AGUILAR, 2008. Assim, formula-se a política, com o propósito de modificar ou mesmo atenuar a situação existente e às vezes apenas com o intuito de dar resposta àqueles que denunciam a situação ou requisitam seu serviço. Posteriormente a formulação da política, esta será incluída ou não na agenda, dependendo da vontade política daqueles que tem o poder de decisão para tal.

Vale ressaltar o envolvimento com a política, no nosso caso a política de educação que nos leva a refletir sobre as políticas já implementadas e que não obtiveram sucesso, pelo menos em alguns casos, o sucesso de determinada política parecia natural, portanto esperado pela comunidade educacional para a qual foi pensada e formulada, diante da aparente vontade política que os implementadores demonstravam, diante dos acalorados e intensos discursos proferidos, diante dos documentos elaborados, de diretrizes claras estabelecidas e das orientações desenvolvidas em todas as instancias, fazendo crer ao público usuário dessa política que esta parecia ser a solução dos problemas educacionais existentes até então. O quadro acima apresentado pode e deve nos conduzir a reflexões acerca dos insucessos dessa política, apesar de esforços, da comunidade científica envolvida, de educadores, de caminhos não percorridos, não descartando os investimentos feitos, às vezes consideráveis, no caso de políticas contínuas.

No momento que ocorre o insucesso de determinada política, se percebe a necessidade de avaliar a política para tentar localizar o porquê isso aconteceu, onde, em que momento, quem, ou o que ocorreu. Não podemos deixar de mencionar também, o imprevisto, a descontinuidade da política pública no Brasil, o seu ciclo, fato que não deve ser desconsiderado diante da rotatividade das políticas com as quais nos defrontamos, e que na maioria dos casos tem a duração de um mandato, ou seja, parece ser parte da cultura política institucional do nosso país, levando-nos a pensar na possibilidade de que as políticas não foram formuladas para melhorar a situação existente, mas para deixar “marcas”, a marca de alguém ou até mesmo a marca de um determinado período na história política.

Diante das reflexões mencionadas e tendo como objeto do estudo o SARESP, a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo SEE/SP, no ano de 1995, publica as Diretrizes Educacionais para o Estado de São Paulo, para o período de janeiro de 1995 a 31 de dezembro de 1998, por meio do Comunicado SE de 22/3/95 (São Paulo, 1995), decorrentes de um novo governo.

O presente documento ressalta que a indefinição de competências seria decorrente da ausência de diretrizes claras e que isso teria culminado na ausência de uma política consistente para a educação. Por meio desse comunicado a Secretaria de Estado da Educação de São Paulo-SE/SP, afirma ainda que:

“Na busca de respostas mais adequadas para os problemas do setor educacional, governos estaduais e municipais de outros Estados vêm empreendendo, nos últimos anos, mudanças nas formas tradicionais de gerir o sistema de ensino e as escolas públicas”. (São Paulo, 1995, p.298).

A partir de 1996 a Secretaria de Estado da Educação de São Paulo, define como um dos programas da política educacional o Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (SARESP), tendo como um de seus objetivos, lançar “as bases para a construção de uma cultura avaliativa”, cujos dados obtidos se coloquem “antes de tudo, como ferramentas importantes para se repensar a prática pedagógica e orientar as políticas na área educacional” (São Paulo, 1997.p.03).

Muitas foram as mudanças e os desdobramentos da aplicação do SARESP desde sua implementação, desse modo a investigação tem como principais objetivos:

- reconhecer os momentos de iniciação, desenvolvimento e consolidação da política pesquisada
- compreender os processos e ciclos das políticas de avaliação
- apontar em que medida cada uma das gestões, foram imprimindo ajustes e criando dispositivos de (re) orientação e/ou fortalecimento de seus propósitos vinculados a criação de uma cultura de avaliação
- fornecer subsídios para discutir a melhoria nas políticas de avaliação e conseqüentemente melhorias na qualidade da educação
- distinguir e identificar distintas perspectivas analíticas sobre o SARESP, objeto de estudo.

Nesse sentido, acreditamos que conhecer e realizar um estudo sobre a trajetória da elaboração e implementação da política de avaliação no Brasil com foco na Avaliação do Rendimento Escolar –SARESP- no Estado de São Paulo, permitirá o aprofundamento das reflexões já realizadas e conseqüentemente uma contribuição aos estudos disponíveis, além de disponibilizar um leque de vetores como (re) orientadores dos rumos da política apontando especificidades do processo de implementação de uma política.

Desenvolvimento

Pensar em políticas públicas e educacionais é obrigatoriamente pensar em avaliação, ainda que o contrário não seja necessário, tendo em vista que o conceito de avaliação se apresenta como algo mais complexo e específico. Avaliar significa “atribuir valor”,

“valorizar” algo ou alguém, dada uma determinada intenção. No entanto, os objetivos da realização de uma avaliação podem ser diversos, e o que os influenciara diretamente será sua contextualização histórica, política e econômica, que intensificarão determinados interesses. Todavia, independente do objetivo, pode-se dizer que a avaliação traz sempre mudanças.

A avaliação se apresenta como meio ou método de seleção social. Assim como pode legitimar e valorizar conceitos e práticas educacionais e sociais. Portanto, está relacionada diretamente a escolhas que fazem parte do cotidiano da vida humana. Dessa forma, a avaliação “estabelece com a rede de fenômenos sociais relações de conhecimento e de transformação ou alguma mudança da realidade” (DIAS SOBRINHO, 2002, P. 16).

“A avaliação ultrapassa de longe aquilo que a primeira vista aparenta ser. É verdade que ela tradicionalmente apresenta algumas marcas que, de tão fortes muitas vezes passam por ser a própria avaliação. Por exemplo, os testes e os resultados. Fosse assim, a avaliação estaria bem delimitada e quase isenta de contradições. Seus problemas seriam somente de natureza técnica e poderiam ser solucionados pelo bom emprego dos saberes técnicos.” (FREITAS, 2002, p.14)

Entretanto, para entender o campo da avaliação, e sua manifestação teórica e prática, faz-se necessário compreender seus diversos percursos e relações com a sociedade e, conseqüentemente, com a história política e econômica vigentes, tendo em vista que seus significados e efeitos vão além do campo educacional, e se apresentam também como ideológicos.

A partir do século XX, a avaliação tornou-se um meio de elaborar instrumentos de medidas, mas também instrumento tecnológico de poder de escolhas e de representação de interesses. O ambiente escolar, por exemplo, adequou-se aos objetivos e interesses econômicos, quando determina metas de satisfação educacional, que atende ao mercado, e tem como intenção atingir a determinados objetivos estipulados, a escola orienta suas ações, conteúdos, metodologias. É quando passa a preocupar-se em averiguar a identidade da prática escolar com o que é estabelecido socialmente e economicamente. Isso porque, com o advento do capitalismo, seus métodos de produção e divisão de classes sociais que promovem a desigualdade, tais questões passaram a ficar em maior evidência.

Em 1989 acontece o Consenso de Washington, em que se firma um programa neoliberal reunindo diversos órgãos financeiros internacionais como O Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a realização do encontro acadêmico para fins de análise das reformas econômicas e resultados na América - Latina.

Questões financeiras como a crise do petróleo vivida em 1973-4, deslocaram ainda mais os investimentos da educação e revelavam a mudança do Estado de Bem-Estar para o neoliberalismo, apontando para uma nova necessidade avaliativa, já que o Estado muda sua função de provedor de benefícios para controlador do capital e atendimento aos organismos financeiros.

Num primeiro momento, parece-nos que a avaliação poderia agir como auxílio na construção da democracia, enquanto processo de verificação da eficácia de programas político-econômico-educacionais; ainda que em contrapartida, grande parte dos realizadores destes sistemas avaliativos de políticas públicas, seja também responsável pelos seus resultados, ou seja, implanta os programas e também os critérios e métodos que avaliarão seus resultados.

Mas, dada esta nova realidade político-econômica, a avaliação passa a ser pensada enquanto controle orçamentário, já que um resultado negativo pode representar cortes de financiamento e (des)credibilidade pública, pois demonstraria certa incapacidade ou incompetência governamental. Existe, assim, uma ligação direta entre sucessos e insucessos escolares com as necessidades do mercado e do governo, transformando a escola em um ambiente administrativo, competitivo e controlador como aquilo que a representa. Avaliação essa, que se realiza com o critério da prestação de contas, responsabilização, onde o sentido da avaliação não se dá pela ótica dos professores, mas sob a ótica dos tecnocratas da administração, onde os critérios são de controle, para permitir intervenções e comparação.

Nesse cenário, o Brasil se apresenta como um país em desenvolvimento, portanto, com interesses nos financiamentos internacionais, participante dos ideais capitalistas, enquanto sistema político econômico, e com estudos paralelos sobre avaliação, em busca de uma análise qualitativa da educação e de programas de governo que atendam a grande desigualdade presente no país, ainda que, muitas destas avaliações sejam permeadas por um caráter positivista em sua prática.

Na educação, nos enquadrados como deficitários, apresentando ainda déficits de rendimento e acessibilidade, apesar de conviver com uma demanda grande de programas, reformas, e medidas, enquanto prática política direcionada a qualidade do ensino. Vale destacar uma questão, a de que o país não conta com elementos suficientes para uma avaliação fundamentada acerca dos resultados e impactos destas mudanças.

A avaliação de políticas públicas feita de modo sistemático, com metodologia específica e apropriada para determinados critérios e objetivos pré-estabelecidos, se apresenta no Brasil como algo recente, recorrente principalmente depois dos anos 80, como meio de representação do ideal democrático que se instalava. Hoje, temos avaliações sistematizadas e propostas tanto pelo poder público como por iniciativas de pesquisas acadêmicas.

Todavia, falar em avaliação, e de avaliação de políticas públicas não pode ser algo “finalístico”, objetivo e visto de forma isolada, mas faz-se necessário considerar as diversas partes do processo avaliativo: desde a agenda com as propostas de políticas, os programas em si que corroboram a esta agenda, sua implementação e acompanhamento e seus critérios e resultados da avaliação. Portanto, cada fase deve ser verificada para de fato se ter um diagnóstico que aponte para possibilidades de melhoramento.

A avaliação agora padronizada em exames específicos e objetivos, em sua função reguladora de ações e resultados, pode seguir duas vertentes ou objetivos distintos no contexto político-econômico atual: o de instrumento utilizado para introduzir e reproduzir ideais de mercado nos sistemas educativos, com o estímulo da concorrência entre alunos e instituições, e ampliações das diferenças e desigualdades; ou, o contrário disso, com objetivos diferenciados dos de mercado, apoiando políticas que venham a possibilitar práticas sociais e educacionais emancipatórias, que garantam maior qualidade e desenvolvimento no ensino.

“A avaliação é um patrimônio da escola: isso é verdade somente para um tipo de prática que marca as agendas de professores e alunos, impregna o cotidiano e delimita o calendário das instituições educativas. Efetivamente, a avaliação ultrapassa os muros das salas de aula, se instaura também e decisivamente no centro do poder e espalha seus efeitos para toda a sociedade. Nem sempre tem uma intencionalidade educativa, isto é, não é simplesmente um instrumento da educação, mas também de políticas e mesmo de polícia. Chega a ser uma questão de Estado, tamanha é sua centralidade nas reformas.” (FREITAS, 2002, p.14)

De modo geral, as propostas avaliativas realizadas no Brasil, intensificaram-se após os anos de 1990 e têm apresentado uma adequação aos interesses mercadológicos, posto que o mérito dos resultados são impostos como classificatórios, criando hierarquias entre instituições e entre alunos. Impondo, assim, os interesses políticos, econômicos, internacionais sobre os interesses coletivos, sociais e educacionais. Ainda que, teoricamente, seus objetivos sejam outros. Segundo Gremaud⁴, 2007 “O objetivo é usar o sistema de avaliação para prestar contas à sociedade, introduzir a transparência e comprometer as pessoas de um modo geral em busca da melhoria da qualidade de ensino”

E o que tem sido proposto e realizado no Brasil? Agenda, programas? Como têm sido avaliados estes processos? Os resultados destas avaliações são representativos para novas ações e transformações na realidade educacional? Estas questões permearão este estudo, ainda que de forma especificada, num segundo momento, no capítulo dois, com o enfoque no SARESP. Mas, há de se compreender o sistema educacional, assim como suas transformações estruturais e de interesses políticos e sociais.

Para fundamentar teoricamente a pesquisa tomaremos como base os estudos desenvolvidos por autores como: Abicalil (2002), Dias Sobrinho (2002) e Freitas (2002) que tratam de assuntos relativos à Avaliação bem como dos estudos daqueles que trabalham com assuntos relativos Avaliação de Políticas : Aguilar (2008; 2002); Aguilar (2002); Aguilar Villanueva (1996); Arretche (2001); Figueiredo&Figueiredo (1986) e Freitas (2007); Cavalcanti (2007); Freitas H. (2007); Pinto (2002).

⁴ Amaury Patrick Gremauld – Diretor de Avaliação da Educação Básica do INEP

Do ponto de vista metodológico, foram selecionadas fontes bibliográficas que tratam do referido estudo, isto é, o que significa, qual a sua proposta e como pode ser sistematizado. Esse levantamento, anunciado se aterá à coleta de artigos científicos, livros, dissertações de mestrado, teses de doutorado e pesquisas recentes, na medida em que “isto reforça a idéia da constituição de um campo de estudos subsidiado e dilemático do ponto de vista do seu estatuto teórico-metodológico” (AGUILAR, 2000, p.7).

Em termos específicos, tem-se a intenção de, por meio do levantamento documental e bibliográfico, além da coleta já realizada, da produção acadêmica, no período mencionado acima, investigar as contribuições já disponíveis, as contradições existentes entre o discurso proclamado e a realidade da política, desde sua implementação até os dias atuais, na busca de entender como vem ocorrendo o processo de implementação de políticas de avaliação, mais especificamente a avaliação do rendimento escolar do estado de São Paulo.

Como procedimentos de pesquisa, serão utilizados:

- A pesquisa bibliográfica “desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos” (GIL, 1994, p.48);
- A pesquisa documental,

Deste modo, farão parte das fontes documentais: leis, pareceres, decretos e resoluções, bem como os documentos oficiais elaborados, no Brasil, pelo Ministério da Educação.

É importante salientar que todo ou quase todo o percurso da presente investigação estará centrado na pesquisa documental.

Conclusões

Em linhas gerais, assinalamos que o estudo tem como finalidade a realização de uma análise da política, Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (SARESP), e pretende após seu término contribuir com os interessados no assunto destacando seus momentos de iniciação, desenvolvimento e consolidação e ainda fornecer subsídios para compreensão dos processos das políticas de avaliação implementadas no Brasil.

A pesquisa se encontra em fase de desenvolvimento, é pesquisa qualitativa e tem como intenção, descrever, verificar e analisar os processos da política. Procurando apontar em que medida cada uma das gestões, anunciadas, foram ao longo do processo imprimindo ajustes, criando dispositivos de orientação e reorientação, e de certa forma procurando fortalecer seus propósitos para a vinculação da criação de uma cultura de avaliação.

Mais, fornecer subsídios para discutir a melhoria nas políticas de avaliação e consequentemente melhorias na qualidade da educação, a partir das análises que pretendem fornecer subsídios para possíveis intervenções que pretende disponibilizar um leque de vetores como (re) orientadores dos rumos da política apontando especificidades do processo de implementação de uma política.

Referências Bibliográficas

ABICALIL, C.A. **Sistema Nacional da Educação Básica: nó da avaliação?** In: **Educação e Sociedade**, Campinas, v.23, n.80, p.255-276, Especial- set. 2002.

AGUIAR, M.A.S. **O conselho nacional de secretários de educação na reforma educacional do governo FHC.** In: **Educação e Sociedade**, Campinas, v.23, n.80, p.73-90, Especial- set. 2002.

AGUILAR, L. E. **Agenda para a Educação Pública Paulista.** In: **Revista APASE**, São Paulo, n.9, p. 36-43, maio. 2008.

AGUILAR VILLANUEVA, L. F **El estudio de las políticas públicas.** Mexico: Miguel Ángel Porrúa, 1996.

_____. **La Hechura de las políticas.** Mexico: Miguel Ángel Porrúa, 1996.

_____. **La implementación de las políticas.** Mexico: Miguel Ángel Porrúa, 1996.

ARRETCHE, M.T.S. **Tendências no Estudo Sobre Avaliação.** In RICO, E.M. (Org.) **As políticas sociais: uma questão em debate.** 3.ed.-São Paulo: Cortez: Instituto de Estudos Especiais, 2001.

BRASIL. **Lei n. 9394/1996**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF, 23 dez. 1996. p. 27894.

CAVALCANTI, P. A. **Sistematizando e comparando enfoques de avaliação e de análise de políticas públicas**: Uma contribuição para a área educacional, Tese de doutorado, UNICAMP, 2007.

DIAS SOBRINHO, J. **Campo e caminhos da avaliação**: a avaliação da educação superior no Brasil. In: Freitas. L. C. (Org.). **Avaliação**: construindo o campo e a crítica. Florianópolis: Insular, 2002 b. p. 13-62.

FIGUEIREDO, M. & FIGUEIREDO, **A Avaliação política e avaliação de políticas**: um quadro de referência teórica. In: **Análise e Conjuntura**, Belo Horizonte, Fundação João Pinheiro, v.1, n.3, set/dez, 1986

FREITAS, L. C. **Avaliação: construindo o campo e a crítica**, organizador. Florianópolis: Insular, 2002.

Eliminação adiada: o acaso das classes populares no interior da escola e a ocultação da (má) qualidade do ensino. In: **Educação e Sociedade**, Campinas, v.28, n.100, p.965 – 987, Especial – out. 2007.

FREITAS, H. C. L. **A (nova) Política de formação de professores**: a prioridade postergada. In: **Educação e Sociedade**, Campinas, v.28, n.100, p.1203-1230, Especial - out.2007

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 1994.

GREMAULD, A. P. **Seminário de Educação**, Salvador, julho/2007

PINTO, J.M.R. **Financiamento da educação no Brasil**, In: **Educação e Sociedade**, Campinas, v.23, n.80, p.109-136, Especial- set. 2002.

RESOLUÇÃO SE n. 27 de 29 de março de 1996. **Institui o Sistema de avaliação do rendimento escolar do estado de São Paulo (SARESP)**, São Paulo, SEESP, março/1996.

RISTOFF, Dilvo (org). **Universidade desconstruída**: avaliação Institucional e resistência. Florianópolis: Insular, 2000

SOARES, Magda. ***Alfabetização no Brasil: o estado do conhecimento***. Brasília: MEC/INEP,1989.